

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA, CEARÁ

Rodrigo Oliveira da Silva¹

Luís Miguel Dias Caetano²

RESUMO

O esporte e o lazer têm papel fundamental na sociedade, evoluindo ao longo dos séculos como uma ferramenta na formação humana. Considerando o atual contexto social e sua implicação no desenvolvimento da cidadania, o artigo apresenta uma reflexão sobre a influência que o ambos trazem para os moradores de Palmácia, uma cidade de pequeno porte. A pesquisa tem como objetivo analisar o efeito que políticas públicas de esporte causam na sociedade. Como percurso metodológico, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, por meio da análise bibliográfica, entrevistas semiestruturadas realizadas com duas personalidades locais ligadas ao tema e questionários aplicados com moradores. Os resultados indicam que a execução de políticas social com ênfase no desporto e no lazer colaboram com os indivíduos que adquirem esses hábitos em diversos fatores relacionados ao processo da evolução social, sua contribuição vai desde a inclusão e socialização, passando pela educação e noções de convívio em comunidade e respeito mútuo, além de sua contribuição com a melhoria da saúde. O bom gerenciamento desses ambientes promove bem-estar à comunidade propiciando democratização nos locais e de seus efeitos.

Palavras-chave: Esporte. Lazer. Políticas Públicas. Sociedade.

ABSTRACT

Sport and leisure play a fundamental role in society, evolving over the centuries as a tool in human formation. Considering the current social context and its implication in the development of citizenship, the article presents a reflection on the influence that both bring to the residents of Palmacia, a small town. The research aims to analyze the effect that public sports policies have on society. As a methodological approach, a qualitative research was carried out, through bibliographic analysis, semi-structured interviews carried out with two local personalities linked to the theme and questionnaires applied to residents. The results indicate that the execution of social policies with an emphasis on sport and leisure collaborate with individuals who acquire these habits in several factors related to the process of social evolution, their contribution ranges from inclusion and socialization, through education and notions of conviviality, in community and mutual respect, as well as their contribution to better health. The good management of these environments promotes well-being to the community, providing democratization in the places and its effects.

Keywords: Sport. Leisure. Public Policy. Society.

¹ Discente do curso de Bacharelado em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB/CE.

² Orientador. Docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB/CE.

Data da aprovação: 29/07/2022.

1 INTRODUÇÃO

O tema do artigo aborda as Políticas Públicas, seus resultados e o gerenciamento pelo governo, no que se refere, especificamente do direito social ao esporte, ao lazer e da forma como estão ligados ao desenvolvimento social dos indivíduos praticantes.

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖLFING, 2001, p. 31).

É após a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, primeiro documento que abrange os direitos civis, sociais e culturais, onde surge uma construção que abre o espaço para o tratamento universal das questões relacionadas aos direitos humanos e as suas violações, protegendo a defesa dos direitos democráticos e garantias públicas para todos.

Segundo Carvalho (2015, p. 210), a “constituição de 1988 ampliou, mais do que qualquer de seus antecedentes, os direitos sociais”. Destinados a ofertar bens e serviços básicos à população, englobando em seu art. 6º as áreas da educação, saúde, lazer, proteção à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Silva (2012, p. 190) expõe que:

O art. 6º menciona o lazer entre os direitos sociais. Lazer e recreação são funções urbanísticas, porque são manifestações do direito urbano. Sua natureza social decorre do fato de que constituem prestações estatais que interferem com as condições de trabalho e com a qualidade de vida, onde sua relação com o direito ao meio ambiente sadio e equilibrado. “Lazer” é entrega à ociosidade repousante. “Recreação” é a entrega ao divertimento, ao esporte, ao brinquedo. Ambos se destinam a refazer as forças depois da labuta diária e semanal. Ambos requerem lugares apropriados, tranquilos, repletos de folgedos e alegrias.

De acordo com a constituição que estabelece direitos fundamentais do ser humano, como “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988). Assim, no que lhe concerne, tanto o esporte quanto o lazer representam no Brasil direitos sociais, logo, possuem níveis de importância tanto quanto outros, como: a educação, saúde, segurança.

Presente em diversas ideologias, o esporte e o lazer são frequentemente utilizados como atividades que buscam a realização de fins diferentes a elas próprias (LINHALES, 2001). Giovanni (1995), completa dizendo que com o passar do tempo esta realidade foi se modificando, de ocupações desinteressadas, o esporte tornou-se uma tarefa com amplo sistema

de conjunturas, incorporando diversos atores e conflitos, sendo alvo de interesses cada vez mais extensos.

Elaboração de planos voltados a solucionar problemas sociais, é um conceito básico sobre o que são as políticas públicas. Easton (1965), as define como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Ainda segundo Easton elas recebem influência de partidos, de grupos com interesses particulares, o que acaba por influenciar na implantação, nos resultados e conseqüentemente nos efeitos gerados.

Pires (2008, p.175), aponta que as políticas afirmativas para o esporte devem surgir no interior de movimentos sociais “privilegiando os sujeitos historicamente constituídos e não somente seus aspectos pertinentes ao poder do Estado, no que diz respeito ao esporte enquanto prática social pertinente à política social”. Sendo assim, torna-se necessário que a sociedade civil, em parceria do Estado, tenha envolvimento em seu planejamento.

Para Proni (2014), políticas públicas precisam criar e gerir democraticamente sistemas complexos que direcionem o funcionamento das entidades esportivas, aproximando de sua relação educacional e de lazer, promovendo a prática com a estruturação adequada de programas esportivos, visando garantir os direitos e atender as demandas populacionais.

O esporte possibilita pôr em igualdade pessoas de diferentes realidades, sem distinguir contextos econômicos ou sociais. Para Tubino (1999), o esporte e o lazer auxiliam nos processos para estimular o bem-estar da comunidade, gerando benefícios físicos, emocionais e sociais, enquanto tornam os indivíduos mais saudáveis, reduzindo o surgimento de fatores de risco que facilitam o aparecimento de doenças.

Na década de 80 o lazer passou a ser reconhecido como força econômica no Brasil, influenciando no seu desenvolvimento como mercadoria a se tornar uma forma de entretenimento e diversão (MASCARENHAS, 2007). Com isso, foi ampliado o investimento em serviços e oferta de empregos relacionados, além de gestores capacitados para fortalecer a área.

Lazer despontou como um mercado emergente, em pleno crescimento, que gerou expressiva atividade econômica, passando a exigir mão-de-obra diversificada e qualificada para atender aos novos empreendimentos e demandas. O capitalismo provocou a disseminação do lazer veiculado pela indústria cultural, tratando os indivíduos como potenciais consumidores de mercadorias lúdico-culturais. (PINTO, 2008, p. 85).

O lazer como fenômeno sociocultural pode ser compreendido como uma soma de atividades culturais, entre as quais estão as físicas, esportivas, sociais, artísticas, intelectuais e turísticas, onde as pessoas participam com liberdade de escolha em seu tempo livre de obrigações profissionais, familiares e fisiológicas, de modo a obter descanso, divertimento e crescimento pessoal (DUMAZEDIER, 1973). Caracteriza-se como um dos instrumentos essenciais à apropriação da cidade por sua população.

A principal motivação para sustentar o presente artigo, reside na importância que o tema possui para a sociedade atual. No estudo da influência mútua entre o esporte, o lazer e a sociedade. Isso aprofunda a compreensão das estruturas de formação social.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA SOCIEDADE

A Secretaria Especial do Esporte é responsável pela formulação e implementação de ações afirmativas voltadas ao desporto. Tem o papel de assessorar o Ministério da Cidadania na fiscalização e administração da Política Nacional de Desenvolvimento Esportivo. Sua missão é, desenvolver e realizar operações de inclusão social, com a perspectiva de garantir à população o acesso a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2019).

Portanto, uma vez que representam dimensões sociais, cabe à União, Estados e Municípios a elaboração de projetos que busquem a universalização do acesso ao esporte e a inclusão de todos os membros da sociedade, independente de classe social, cor, sexualidade ou orientação social. Por ser um direito constitucional, é importante salientar que as políticas de esporte e lazer são deveres públicos, garantidos através da Constituição Federal, onde consta:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; [...]

§ 3.º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988).

Assim, as garantias se realizam pela execução de programas destinados a assegurar seu amparo e proteção. Compete às secretarias encarregadas o dever de planejar, supervisionar, coordenar, analisar e implementar métodos relativos ao desenvolvimento das políticas esportivas.

A Política Nacional do Esporte foi aprovada em 14 de junho de 2005, pela Resolução n. 05 do Conselho Nacional do Esporte, e considera que o mesmo é condição essencial para o desenvolvimento humano, frequentemente negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda, além de determinar o princípio constitucional que estabelece o cumprimento esportivo e do lazer como práticas que devem ser oferecidas pelo Estado e um direito a ser garantido ao cidadão brasileiro.

Para Mancini (2021), o esporte possui caráter formativo e um grande potencial de socializar indivíduos. É imensurável os benefícios que ele proporciona às pessoas, seja no caráter social ou nos benefícios que as atividades físicas trazem para a saúde do indivíduo praticante, como controle do peso, sedentarismo e fortalecimento do sistema imunológico.

As práticas esportivas oferecem auxílio desde o caráter educacional até o coletivo, estimulando o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, valorizando suas potencialidades, o trabalho, o espírito de solidariedade e o trabalho em conjunto. Esses objetivos, segundo Teixeira (1999), são a melhoria da saúde, sociabilização, construção de valores morais e éticos, recreação e lazer. O Esporte assume uma perspectiva recreativa quando é usado como lazer, onde o praticante não visa a vitória; assume um aspecto formativo quando é voltado ao rendimento e competição, visando a vitória como objetivo final, e um caráter social quando é visto como uma atividade a ser executada em equipe. O esporte como meio educativo ou forma de lazer tem finalidade de integrar o ser humano a sociedade, e com isso formar um cidadão, dotado não apenas de direitos políticos, como também de direitos humanos.

Além destas vantagens que sua prática pode proporcionar, ele também tem forte importância no combate a violência. Através do esporte se consegue obter uma redução bastante significativa dos índices de intolerância em regiões que está inserido, visto que se faz presente e necessário nesse contexto o cumprimento de regras, princípio primordial para uma vida em sociedade. As normas do esporte existem para manter a prática bem organizada, evitando hostilidades, buscando uma diminuição dos níveis de conflitos (STAREPRAVO; MEZZADRI, 2003).

Os autores reiteram que na realidade onde a criminalidade é presente em todos os âmbitos da sociedade, as ações afirmativas voltadas ao esporte têm importante função de inclusão social. Essas políticas, podem completar horas ociosas de jovens, que em vez de estarem na rua à mercê da violência e das drogas, estarão em um ambiente seguro praticando atividades físicas e socializando com os demais participantes.

O esporte é uma arma forte na luta contra a violência, pois influencia não apenas no desenvolvimento saudável, mas também na formação enquanto cidadão, pois promove o respeito, a igualdade, a confiança e a luta pelos seus objetivos.

2.2 GESTÃO E INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER

O gestor público tem que agir além das questões de incremento do patrimônio, elaborando ações junto da população civil para que o município desenvolva ambientes apropriados, que consequentemente criará receitas para comerciantes e empreendedores locais, incentiva o turismo, e fornece locais de socialização para a comunidade. Segundo Bittar (2002), o governante, confronta-se com vários desafios: organizar o espaço público, projetando um melhor convívio social; estabelecer formas de gerenciamento da entidade e de seus recursos; determinar estratégias de definição dos critérios para a alcance de finalidades comuns; conduzir a seleção de formas com propósito a impulsionar o desenvolvimento da sociedade e fornecer a decisão de ideologias que predominaram na construção estrutural da sociedade.

A exclusão social é uma realidade corriqueira em cidades do interior, seu enfrentamento é pouco combatido, onde geralmente se generaliza o acesso e pouco direcionam para essa questão, segundo Galindo (2010), com locais estabelecidos, as políticas que atuam diretamente na dinâmica das relações sociais e de oferta de espaços e infraestruturas na cidade são de grande relevância para abertura de canais efetivos de enfrentamento da discriminação social, enquanto se dispõem locais de acessos e ambientes propícios para convivências e práticas saudáveis.

Desta forma, a organização de métodos que atuem em direção ao processo das relações sociais e da disponibilização de locais e instrumentos na cidade é necessária para introdução de formas efetivas no enfrentamento da exclusão social. Em relação a esta questão, Melo e Húngaro (2007), apontam que os novos modelos de controle público devem ser analisados de forma que o esporte e lazer sejam fundamentalmente vistos como direitos sociais.

Portanto, vê-se a importância de zonas destinadas especificamente à prática de diversas modalidades esportivas e de entretenimento, pois promovem uma maior qualidade de vida. Todavia, as políticas públicas têm de ser específicas acerca da diferenciação de suas áreas, seja: o de rendimento, que visa a competitividade e um maior desempenho; no aspecto educacional, envolvido no âmbito escolar que busca o desenvolvimento dos jovens para absorverem os valores didáticos do trabalho em equipe ou o de participação e recreação que visa simplesmente uma forma de se divertir.

Galindo (2010), indica para que a administração pública possa impulsionar o desenvolvimento social através do campo do esporte, faz-se necessário o equilíbrio dinâmico de seu gerenciamento na cidade, refletida nos diversos sistemas de planejamento (planos de governo; planos estratégicos; leis de diretrizes orçamentárias e leis de orçamentos anuais) e de gestão urbana (planos diretores; legislações sobre áreas de interesse especial; legislações sobre áreas de interesse social e códigos específicos). São ações conjuntas de setores da gerência visando promover a maior qualidade de vida possível para seus moradores e frequentadores.

2.3 PALMÁCIA, CEARÁ

Palmácia, que antes era distrito de Maranguape, foi emancipado pela lei nº 3.779, de 28 de agosto de 1957, sancionada pelo então governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes. O município está localizado na região serrana ao norte do estado do Ceará, na microrregião de Baturité, conta com estimativa de 13.214 habitantes, ocupa uma área de 117,81 km², o seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,650 considerado como médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2010), logo, uma grande parcela de seus habitantes enquadra-se como classe baixa, onde o acesso ao esporte e ao lazer é discreto, com isso, tem nas políticas públicas a expectativa de promover a inclusão dos moradores de todas as camadas da sociedade.

3 METODOLOGIA

Diante do objetivo proposto para este artigo, a metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008), tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com propósito de torná-lo mais claro, podendo incluir

levantamento documental e entrevistas. A pesquisa foi de natureza qualitativa, realizada por consulta bibliográfica, recorrendo a literatura especializada. Ainda de acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida tendo como base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A consulta foi efetuada nos seguintes repositórios científicos: *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Portal de Periódicos CAPES. Além dos artigos encontrados nas fontes citadas, foram realizadas pesquisas na Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e a Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Utilizando como equações de pesquisa: “políticas sócias” AND “esporte” AND “lazer”; “esporte” AND “desenvolvimento social”; “políticas públicas” AND “sociedade”. Após a realização das pesquisas nas bases de dados e nas revistas, foram selecionados 50 artigos para análise.

Além do levantamento de fontes bibliográficas, foram coletados dados através da aplicação de 20 questionários efetuados com a sociedade civil de Palmácia. O questionário foi composto por dez perguntas de múltipla escolha. O público-alvo (população de Palmácia que frequenta ou já tenha frequentado os espaços públicos de esporte e lazer) foi selecionado de forma a dar prioridade à diversidade de idade, sexo, escolaridade, local de residência. A etapa seguinte foi a aplicação de 2 entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Januário (2010), são períodos de coleta de informações sobre fatos e entrevistados, compondo uma forte ferramenta na ampliação e interpretação dos dados em estudo. Tendo sido a primeira realizada com um servidor público da secretaria de esporte e lazer do município, e que tem forte participação no desenvolvimento do esporte e da juventude e a segunda com um professor e historiador. Os responsáveis foram entrevistados em dias distintos e com a disponibilização de informações prévias acerca dos temas abordados, com objetivo de contextualizá-los e qualificar o nível das respostas.

4 RESULTADOS

4.1 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA

A cidade de Palmácia conta com alguns equipamentos destinados à prática esportiva, sendo dois ginásios poliesportivos onde um localiza-se no centro urbano e o outro na localidade de Basílio. O estádio municipal José Moreira de Andrade e mais dois campos de futebol no distrito de Gado dos Ferros, nos quais são disputados os jogos do campeonato municipal de

futebol. Além desses equipamentos, existe uma areninha *society* entregue no ano de 2018³, que conforme o Entrevistado 1, “beneficia diretamente cerca de 100 pessoas no aproveitamento do campo diariamente, incentiva a prática esportiva e saudáveis, desenvolve a inclusão social desde as crianças até os mais experientes”. Essa areninha, tornou-se uma forte ferramenta para promover o esporte feminino onde as mulheres da cidade ganharam mais um local para a sua realização.

Existem ainda, diversas trilhas ecológicas espalhadas pela cidade onde são praticados o ciclismo e a caminhada. Quatro academias ao ar livre distribuídas pelo município e localidades, no entendimento do entrevistado 1, a proposta é a “construção de equipamentos de ginástica em locais públicos para os cidadãos que não tem condições de arcar com mensalidades de academias particulares possam utilizar esses aparelhos para o exercício físico ao ar livre.”

Os espaços com destinação ao lazer, a região desfruta de duas praças principais onde ocorre a maior concentração da população principalmente aos finais de semana. Os balneários que estão localizados nas proximidades do centro da cidade, bem como bares e restaurantes. Alguns pontos de visitação tal qual a Cachoeira do Chuvisco, as Pedras do Bacamarte, Torre da Lua e o Santo Cruzeiro. O Entrevistado 2, afirma que “além de propiciar a visita de moradores locais, esses ambientes também recebem com frequência turistas.”

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Palmácia é responsável pelo planejamento, normatização, coordenação e aplicação da política municipal de desporto e incentivo ao lazer. Procura delinear ações de incremento as políticas e eventos que garantam o acesso igualitário às realizações, popularizando os recintos (GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA, 2022).

A metodologia de planejamento e gestão é essencial para o desenvolvimento de ações com o propósito de alcançar a eficácia da administração do bem público, sendo, portanto, fundamental a implementação de políticas públicas como ferramentas para fortalecer todos os ofícios do governo. Oliveira (2006, p. 284), denota sobre o planejamento como:

Um processo de decisão político que depende de informações precisas, transparência, ética, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas.

³ Parceria com o governo do Estado do Ceará.

A aplicação dos questionários teve o propósito de realizar uma análise quanto ao nível de satisfação dos moradores de Palmácia a respeito das áreas destinadas ao lazer e ao esporte. Após o diagnóstico percebe-se que os espaços ofertados a essas práticas em Palmácia são escassos e dispõem de pouca diversidade enquanto as suas formas e funcionalidades, além de não suprir a demanda da população jovem atual, evidenciando a necessidade de expansão e a elaboração de planos para o suporte deste público.

Torna-se mais evidente quando perguntado aos participantes que não residem no centro, onde o índice de desagrado aumenta consideravelmente. Dos vinte questionários efetuados, cinco foram com residentes dos sítios, nota-se que os mesmos não utilizam ou consideram esses ambientes inexistentes ou inadequados em suas localidades.

Entrevistado 1: “A secretaria de esporte e lazer do município, atualmente, não possui orçamento próprio, com isso dificulta bastante a realização de ações, sendo necessária parceria com outras entidades privadas e públicas, tendo muitas vezes de encaixar no orçamento de outras secretarias além da arrecadação de patrocínios. Isso limita o alcance dos benefícios que essas práticas podem gerar para a população.”

De acordo com Tubino, (1999), o esporte é uma atividade inclusiva que reúne diversos âmbitos importantes para a humanidade, como saúde, educação e lazer. Caracterizando-se como uma forma de desenvolvimento social e de transmissão de valores. Além disso, ele auxilia também na aprendizagem de valores relevantes para o fortalecimento social, ou seja, possui papel educativo íntegro.

Os benefícios do esporte “ultrapassam o limite do bem-estar físico e tornar visível também o nível educacional e formativo para crianças, adolescentes e jovens.” (BASSANI; TORRI; VAZ, 2003, p. 90).

Para o seu aprimoramento é pertinente que os espaços atribuídos para essas realizações sejam adequados, em questões como segurança, estrutura, estado de conservação e manutenção. Sendo estes elementos primordiais para os espaços e equipamentos públicos, visto que a ausência de condições mínimas gera o afastamento dos indivíduos. Com isso, o entrevistado 1 afirma que:

“A importância da criação e manutenção de áreas de lazer e para a prática do esporte tem se desenvolvido bastante nos últimos anos, e isso ocorreu pela identificação da importância de espaços assim. Observamos com o importante equipamento que o município recebeu recentemente (areninha), que pode ser usado por todos, sem discriminação. O impacto trazido no lazer do jovem que em vez de estar no meio da rua sem fazer nada, vai para lá fazer esporte e se divertir. Tem toda a estrutura que o Estado disponibilizou mais a gestão conduzida pelos coordenadores locais.”

Por isso a importância da elaboração de recursos para implantação de espaços sociais, e garantia de sua conservação. Nas ciências sociais, esses ambientes podem ser entendidos como lugares de convivência que manifestam estilos de vida, relações interpessoais e formas de apropriação pela sociedade, ou seja, lugares que apresentam uma representatividade da vida e da história da cidade (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009). Nesse contexto, conforme o entrevistado 2 declara sobre o impacto de locais públicos, para o lazer, a convivência e a personalidade do município:

“Essas áreas são essenciais para o divertimento individual e coletivo, tiram um pouco do estresse do dia a dia além de servirem para a prática de atividades físicas, ou seja, nesses locais as pessoas podem cuidar tanto do corpo quanto da mente. Assim como essas zonas contam um pouco da cultura e da história da cidade e fazem parte da identidade visual do local, como era o caso da antiga praça Perdigão Sampaio (Palmácia), que ainda vive no imaginário de quem viu, mesmo após tantos anos de demolição, um recinto que por muitos anos foi o centro de lazer dos munícipes e após sua reforma total acabou perdendo toda a sua essência. Era um espaço antes amplo e arborizado até com teatro para apresentações e expressões artísticas.”

“Porque tanto o esporte quanto o lazer têm uma ampla abrangência cultural, desde o teatro, da dança, da música, que são ocupações democráticas, que visam proporcionar que pessoas de diferentes realidades e condições socioeconômicas possam conviver nos mesmos espaços sem preconceito.”

Cidades de pequeno porte assim como Palmácia que dispõem de orçamentos mais modestos em comparação a grandes cidades, acabam negligenciando o suporte às áreas de esporte e de lazer por considerarem outros setores mais importantes, isso porque desconhecem muitas vezes a capacidade desses ambientes para o bem-estar da população. De acordo com o entrevistado 2, “os espaços de lazer e esporte no município são limitados e os dois principais encontram-se em estado de má conservação”, no caso do ginásio poliesportivo e estádio municipal.

Acerca desse tema o entrevistado 1 diz que não é simples a coordenação destas zonas, pois “exigem manutenções regulares, mas que o controle público tem se organizado para que esses custos entrem em despesas urbanísticas, já que são pontos que caracterizam os aspectos urbanos da cidade”. Ele ainda enfatizou as ações desenvolvidas no município que procuram levar saúde e entretenimento para as crianças e adolescentes, citando o programa chamado esporte em 3 tempos, que alia a qualidade de vida, formação da cidadania, incentivo à convivência social e a educação, pois exige que os participantes estejam matriculados na rede de ensino, ainda estimulam que os mesmos busquem boas notas para continuarem a participar do projeto, que engloba principalmente a prática do futebol. Ainda nesse contexto teve o Programa Segundo Tempo, que foi um trabalho desenvolvido por muitos anos em Palmácia,

onde era disponibilizado acesso à cultura do esporte com intenção de promover a formação e crescimento integral dos jovens.

Entrevistado 1: “O poder público enxerga em programas como esses uma oportunidade de você tirar o jovem da rua e levar para um ambiente controlado e de aprendizado. Além de ser um projeto que visa a prática do esporte, é um projeto que busca uma prevenção social para reduzir a violência. Quando se ocupa os espaços públicos, consequentemente gera oportunidade para as pessoas. Cria-se um local iluminado, que gera confraternização.”

“Um dos grandes problemas que o município tem é com as drogas, alguns infelizmente que não tem tanta perspectiva acabam indo para essa vida. Os programas entram em situações como essa, para ocuparem a mente e não estarem tão ao alcance da marginalidade.”

No que consiste os direitos sociais, estão a educação, a saúde e o lazer como algumas das exigências primordiais para vida em sociedade, ou seja, são de grande notoriedade na construção da cidadania. Segundo o entrevistado 2, as “políticas voltadas ao esporte e ao lazer, têm um amplo efeito na vida do ser humano, desde o seu caráter formativo, nos valores do trabalho em equipe, do respeito até a disciplina construída entre os seus integrantes”. Essas atividades estimulam a aprender diferentes conceitos e fortalecer habilidades sociais que ajudam a formar o futuro das pessoas.

Portanto, é importante analisar modelos de políticas democráticas, buscando estabelecer formas de coletivizar o acesso a espaços e equipamentos populares a todas as classes sociais. Nesse sentido Mascarenhas (2007), aponta que expressar a oportunidade de apropriação do lazer e do esporte como um tempo e espaço para a prática da liberdade. Para o exercício da cidadania, traduz as características de uma sociedade cujo direito a essas práticas podem ter seu reconhecimento baseado em princípios como: parceria, respeito, organização, justiça e autonomia. Visto que, seus efeitos estão além dos espaços físicos, e vão para a composição de uma comunhão mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou conhecer os efeitos que políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer podem proporcionar na sociedade, em um território de pequeno porte. Na perspectiva dos benefícios que o esporte pode trazer para os praticantes sejam físicos, sociais, educativos, e contribuições que podem gerar na construção da cidadania.

Por meio da entrevista executada com o servidor público, percebe-se que as políticas públicas são vistas pelas autoridades de Palmácia como formas de fomentar o desenvolvimento social. Sendo necessário para seu êxito que o município conte com infraestrutura qualificada de locais e equipamentos, além de uma gestão competente para a execução de ações, com o destino a uma estruturação sólida e contínua das políticas.

O poder público regional reconhece tais questões como direitos e sua função na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas, com toda a dificuldade orçamentária, averiguou-se obstáculos na implementação de ações com finalidades sociais, mesmo com esse conceito de importância, e por meio da observação do resultado dos questionários, se percebeu, negligência em determinados pontos, como a má conservação, carência de segurança em certos locais destinados a realização do esporte e do lazer, além de não serem adotadas estratégias específicas para essas áreas, com a falta de iluminação adequada e ausência de eventos que promovam estes locais.

Com o uso da abordagem conceitual e metodológica utilizada foi possível desenvolver a analisar as ideias, agentes e efeitos que as políticas públicas de esporte e lazer podem oferecer para o desenvolvimento social dentro de uma sociedade estruturada, quais meios a cidade utiliza para tentar potencializar seus resultados e como os atores veem sua participação nesse procedimento.

Em suma, pela investigação bibliográfica realizada, pode-se dizer, que tanto o desporto quanto o lazer abrangem formas de desenvolver as competências sociais essenciais para o processo de maturidade, tanto do sujeito quanto do meio em que ele vive. O esporte é mais que apenas atividades físicas, ele tem a capacidade de moldar a construção da identidade social, dispondo de um intuito socializador, é um recurso apto a transformar vidas.

REFERÊNCIAS

BASSANI, J. J.; TORRI, D.; VAZ, A. F. **Sobre a presença do esporte na escola: paradoxos e ambiguidades**. Movimentos, Porto Alegre, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Secretaria Especial de Esporte**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BITTAR, Eduardo C.B. **Doutrinas e filosofias políticas: contribuições para a história da ciência política**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

GALINDO, A. G. **Administração de políticas públicas de esporte: um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor**. Revista Digital. Buenos Aires, n. 144, ano 15, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÖLFING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos CEDES, v. 21, n. 55, 2001.

GIOVANNI, Geraldo di. **Mercantilização das Práticas Corporais: o esporte na sociedade de consumo de massa**. Coletânea Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1995.

GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA. **Secretaria Municipal De Esporte**. Disponível em: <<https://www.palmacia.ce.gov.br/secretaria.php?sec=5>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados e Municípios**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/palmacia/panorama>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

JANUÁRIO, C. **Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto**. Porto: C. Januário. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2010.

LINHALES, M. A. Jogos de política, jogos de esporte. *In*: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MANCINI, Natália. Benefícios da atividade física para a saúde. **Qualidade de vida**. 18 de mar. 2021. Disponível em: <<https://revista.abrale.org.br/beneficios-da-atividade-fisica/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MASCARENHAS, F. Outro lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da Cidade. *In*: FILHO, Lino Castellani. (Org). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

MELLO, Victor Andrade de. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil – Panorama, perspectivas e problemas**. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, 1997.

MELO, Lúcio Leite de; HÚNGARO, Vitor. **Gestão pública de esporte e lazer: uma análise crítica**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 15. 2007, Recife. Anais. Recife: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte-CBCE, 2007.

OLIVEIRA, J.A.P.de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. p. 273-288.

PINTO, L. M. S. M. Políticas Públicas de Lazer: uma história a contar. *In*: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas de Lazer**. Campinas/SP: Alínea, 2008.

PIRES, A. G. M. G. **Breve reflexões sobre a relação esporte e políticas públicas**. *In*: A. G. M. G., Pires, A. Calciolari, Junior, & T. Honorato, T. (Orgs.). Representações sociais e imaginárias no mundo esportivo. Londrina: Lazer & Esporte, 2008.

PRONI, M. W. **Megaeventos Esportivos: Suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 8. Ed. Malheiros: São Paulo, 2012

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias n.16 Porto Alegre, 2006.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M. **Esporte, relações sociais e violências**. Motriz, Rio Claro, v.9, n., 2003.

TEIXEIRA, Hudson V. **Educação Física e Desportos**. São Paulo: Editora Saraiva, 4 ed, 1999.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte: uma enciclopédia crítica**. 2 Ed. Vol. 276. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos, 1999.